

O CURRÍCULO E A TEORIA QUEER¹ NA PERSPECTIVA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Cecília **Castro** – PROPED-UERJ

Agência Financiadora: CAPES

Louro (2007) afirma que *o modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e também como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas*. Neste sentido, a escolha por pesquisar sobre as sexualidades fez parte da minha trajetória de vida, que se intensificou a partir das experiências vividas, das histórias que ouvi, seja por meio de confidências, ou como denúncia pública, e dos caminhos aos quais percorri nos últimos anos, já que nossas histórias não são apenas um diálogo íntimo do eu consigo mesmo, mas um diálogo entre narrativas, entre textos (Larrosa,1994).

Minha pesquisa procura pensar as influências da Teoria Queer no currículo de um Curso de Formação de Professores em Identidades de Gênero e Diversidade Sexual na Escola. Este curso faz parte de um Projeto desenvolvido por uma Universidade Pública do Rio de Janeiro.

HALL(2006) afirma que uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno, geraram o deslocamento das identidades e que estas são sempre um *processo em andamento*. Ele ainda aponta que: *O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. A identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento*.

Não diferente é o processo de identificação sexual, que substituo por “identidade sexual” levando em consideração que: em vez de falar da identidade como uma coisa acabada deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. Este processo de identificação sexual muitos não conseguem experimentar de maneira

¹ O termo “queer” tem sido usado, na literatura anglo-saxônica, para englobar os termos “gay” e “lésbica”. Historicamente, “queer” tem sido empregado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais. Sua utilização pelos ativistas dos movimentos homossexuais constitui uma tentativa de recuperação da palavra, revertendo sua conotação negativa original. Essa utilização renovada da palavra “queer” joga também com um de seus outros significados, o de “estranho”. Os movimentos homossexuais falam, assim de uma política queer ou de uma teoria queer (BUTLER,2001).

plena, pois vivemos numa sociedade em que os papéis já são definidos pelos corpos-homens e corpos-mulheres.

BUTLER(2008), apresenta uma discussão em torno dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade. Ela questiona:

Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis da identidade? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegura por conceitos estabilizadores do sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.

A autora defende ainda que: *gênero é uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, lingüísticas, domésticas e escolares, e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres.*

A relevância deste estudo pode ser percebida pela reflexão que Tomaz Tadeu da Silva faz ao referir-se a esta teoria, que ele denomina como uma “coisa estranha” no currículo, que pode nos ajudar a pensar o impensável, não se limitando a “questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído” (2007).

Nesta pesquisa surgiram alguns questionamentos: Como a teoria queer é abordada no currículo do curso para formação de professores em diversidade sexual e identidades de gênero? Como é pensada a questão da diferença? De que maneira as políticas públicas relacionadas à sexualidade foram incorporadas no currículo?

Além desses, trago alguns dos muitos questionamentos levantados por LOURO (2004) sobre a *teoria queer*:

Como um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento? Como uma teoria não-propositiva pode “falar” a um campo que vive de projetos e de programas, de intenções, objetivos e planos de ação? Qual o espaço nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento e à regra, para a transgressão e para a contestação? Como romper com binarismos e

pensar a sexualidade, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante? Como traduzir a teoria *queer* para a prática pedagógica?

Logicamente, não tenho a pretensão de responder a essas perguntas, ao contrário, pretendo com este trabalho fazer com que surjam novas perguntas sobre o pensamento *queer* e que estas sejam fruto do estranhamento, do incômodo que ainda temos da educação. Convido ao pensar *queer*:

A teoria *queer* quer nos fazer pensar *queer* (homossexual, mas também diferente) e não *straight* (heterossexual, mas também quadrado): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. (SILVA, 2007, p.107)

Considerando e definindo currículo como uma produção cultural, como enunciação, onde todos os atores sociais envolvidos participam de sua elaboração. Trago a compreensão de BALL E BOWE (1992), quando dizem que os profissionais que atuam nas escolas não estão excluídos do processo de formulação e implementação das políticas. Os sujeitos curriculares também são formuladores de política, pois os textos curriculares são produzidos num processo político, onde diversas representações são hibridizadas. Os autores indicam ainda, que a análise das políticas deveria permitir que os profissionais relacionassem os textos da política com a sua prática.

Existem algumas leis e políticas públicas voltadas para a população LGBT², como o programa *Brasil sem Homofobia*³ do Governo Federal que dentre os seus programas de ações para a educação destaco a elaboração de diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual⁴. A elaboração deste programa, assim como as políticas curriculares é, conforme descreve LOPES (2006), *uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados para as decisões curriculares nas instituições escolares*. Estes envolvem uma série de discursos que muitas vezes não estão evidenciados nos textos, nos documentos oficiais, mas que ao serem analisados podemos compreender as lutas de diferentes atores na construção dos documentos.

² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

⁴ Apesar de muitos trabalharem com o conceito de Orientação Sexual, prefiro utilizar o termo desejo sexual por acreditar que o termo orientação me parecer que estes sujeitos são orientados sexualmente por alguém.

Desta maneira procuro compreender a formação desses profissionais que são parte do Projeto Diversidade Sexual na Escola, pois ao articular então embates políticos e construção curricular, busco um maior entendimento em torno do processo social de construção de formações discursivas provisórias, ou seja, relações contingenciais entre diferentes discursos e demandas, nas palavras de LACLAU (2008), que permitem de fato diálogo e negociação entre as mesmas.

Para investigar mais a respeito dessas políticas curriculares e as maneiras como se apresentam, busco analisar a proposta do Projeto a partir do material didático produzido, na realização de entrevistas, pois desta forma é possível constatar as lutas políticas travadas por diferentes atores na elaboração tanto do Projeto como do Curso. As entrevistas também são realizadas com alguns alunos do curso, o qual inclusive fiz parte e pude manter contato com estes profissionais de educação que por diversos motivos implementaram “ou não” os conteúdos do curso em seus contextos de atuação.

A escola é um espaço onde o poder a disciplina está presente, controlando os corpos e, conseqüentemente, controlando os indivíduos. Muitos são os exemplos que podemos utilizar, desde o uso do uniforme e postura nas carteiras, até os rígidos horários. Até as avaliações são aparelhos de controle: *a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu cumprimento a operação do ensino*(FOUCAULT, 2008).

Entretanto, mesmo com discursos extremamente poderosos, o *poder colonial*(BHABHA,1998) não é completo,este deveria ser deslocado para além do simples reconhecimento do que considera-se positivo ou negativo a fim de permitir a compreensão dos processos de subjetivação a partir do discurso do *estereótipo* (BHABHA, 1998). Este é uma das principais estratégias discursivas do poder colonial, fixa a diferença e impede a agência do *outro*. Ele está presente também nos currículos escolares e contribui para embasar práticas discursivas e políticas de hierarquização cultural. Para MACEDO (2006) uma das formas de reverter a lógica das oposições binárias no currículo é pensá-lo *como espaço-tempo de fronteira, permeado por relações interculturais e por um poder oblíquo e contingente no qual discursos locais e globais negociam sua existência*.

É a partir da perspectiva que a *pedagogia queer* (SILVA, 2007) é pensada. Esta não propõe somente incluir no currículo informações sobre a sexualidade, mas questionar os processos institucionais e discursivos, as estruturas de significação que

definem os papéis sociais e as identidades dos sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar. Ela abre a possibilidade de discussão do que consideramos ser fixo, imutável. Não apenas em relação aos currículos escolares, mas nas relações que se imbricam nos cotidianos escolares, que nos possibilita perceber os outros diferentes de nós.

Defendo a idéia da elaboração e da vivência de currículos, e não somente um currículo único engessado e imóvel que silencia outras vozes, mas sim currículos em constante construção e transformação, ou seja, espaços-tempos culturais, onde é possível o diálogo e o hibridismo entre culturas, entre as diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALL,S.;BOWE, R. *El curriculum nacional y su "puesta en práctica": el papel de los departamentos de materias o asignaturas*. Revista de Estudios de Curriculum,v.1, n.2, p. 105-131, abr.,1998.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUTLER, J.Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER,Judith. Corpos que pesam:sobre os limites discursivos do "sexo".In: LOURO, Guacira (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica,2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LACLAU, E. (1998). *Desconstrucción, pragmatismo, hegemonía*. In C. Mouffe (org.). *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós.

LOPES, Alice. Discursos nas políticas de currículo. Currículo sem fronteiras,v.6, p.33-52,2006.

LARROSA,Jorge. *Tecnologias do eu e educação*. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, E. (2006). *Por uma política da diferença: O que está em pauta em nossas políticas educacionais? Cadernos de Pesquisa*, 36, 327 – 356.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade – uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.